

PT centrará o seu discurso no desemprego

Lula já está de posse de documento dando as diretrizes do que deve ser explorado durante a campanha eleitoral

Partido acha que tema será o ponto fraco de Fernando Henrique e idéia é apresentar propostas concretas

São Paulo - Mesmo prejudicado pelo desânimo de uma candidatura à presidência que sequer tem vice ainda, o PT começa a articular um discurso de campanha centrado na questão do desemprego. Um documento elaborado pela deputada federal mineira Sandra Starling (foto), entregue na sexta-feira passada a Luiz Inácio Lula da Silva, explicita como o partido vai se colocar com relação ao assunto durante o período eleitoral.

Para os líderes do PT, é nas discussões sobre o desemprego - e também sobre os baixos índices de crescimento econômico - que residirão os principais pontos fracos da campanha de Fernando Henrique Cardoso pela reeleição. "Esses dois assuntos serão o calcanhar de Aquiles de Fernando Henrique", prevê o deputado José Genoíno (PT-SP), um dos coordenadores da campanha de Lula.

O documento elaborado pela deputada mineira - que também é advogada - é um diagnóstico amplo sobre o agravamento do desemprego no Brasil. Ele aponta para a necessidade de o partido "mostrar que as políticas do Governo têm ido na contramão do combate à falta de empregos", e "reafirmar sempre que só o crescimento econômico resolverá o problema". Mas faz também uma ressalva: "O partido não deve apostar no agravamento do desemprego, e sim dizer que é



perfeitamente possível tomar medidas capazes de diminuir o impacto do problema, e apresentar essas alternativas". Entre essas alternativas,

a deputada sugere que o partido continue sustentando a redução da jornada de trabalho, a limitação das horas extras e as críticas ao contrato temporário de trabalho. Mas também há propostas novas, como a criação de uma cláusula de não demissão nos processos de privatização, sobretudo os que usam recursos do BNDES provenientes do Fundo de Auxílio ao Trabalhador (FAT), e a adoção do rito sumário na Justiça de Trabalho nas demissões imotivadas.

"Neste caso, também vamos sugerir o pagamento de salário - também em rito sumário - no caso de demissão de estáveis, como gestantes e dirigentes sindicais", lembra Sandra Starling. A deputada também sugere, em seu documento, a criação de uma "renda de cidadania". "Ela será baseada nos princípios constitucionais de que toda pessoa deve ter o direito de partilhar a riqueza de uma nação", explica Sandra.